

Convocação à mudança

O DISCURSO de despedida do Senado do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso foi interpretado como a antecipação do discurso de posse. Na realidade, foi mais. Discursos de posse costumam ser peças de concisão quase lapidar. Assim recomenda o protocolo da solenidade, realizada diante de representações estrangeiras e em dia repleto de compromissos oficiais.

A SEMELHANÇA maior não foi com um discurso de posse. Foi com as mensagens que presidentes enviam a cada ano ao Congresso, sobre o estado da União. Mas com visão mais ampla que a de uma prestação anual de contas. O discurso, que teve como destinatário imediato o Senado, foi o convite ao Congresso para que seja co-autor de uma mudança histórica no Brasil. No marco dessa mudança está o esgotamento da Era Vargas, cujo legado "ainda atravança o presente e retarda o avanço da sociedade".

A ERA Vargas refletiu, no Brasil, a chamada era das ditaduras. Foi a fase intermediária entre as duas grandes guerras mundiais, em que estourou a grande crise de 1929. E que levou à exaltação do Estado, seja sob a forma socialista, com Stalin, seja sob a forma de apropriação pelo Estado da economia de mercado, com o nazismo e com o fascismo.

VARGAS era simpático a essa exaltação do Estado, menos por convicção ou ideologia que por opção pragmática. Achou que o Estado deveria ser o motor da economia, num Brasil que começava a mudar de rural e agrícola para urbano e industrial. E a História reconheceu a sabedoria política dessa opção. Assim como achou que o Estado deveria ser o amortecedor dos conflitos sociais, com sindicatos que eram menos órgãos de classe que agências de colaboração com o Estado — colaboração garantida pela tutela do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio (criado em novembro de 1930).

ESTAVA desencadeada a dupla marcha, da Era Vargas, econômica e política. Em economia, a intervenção crescente do Estado. E em política, a introdução do populismo. Em ambos os campos, o mesmo ranço autoritário.

EM economia, começou-se pela ação indireta do Estado. No setor agrícola, com os institutos que controlavam a produção e a exportação (do café, do açúcar e do álcool, do sal, do mate). No setor do extrativismo vegetal, com a criação do Banco da Borracha. No setor de energia, com a legislação que controlava a geração de energia elétrica e o aproveitamento das águas; e com a criação do Conselho Nacional do Petróleo.

MAIS tarde o Estado passaria a agente direto da economia, a Estado empresário. Assim surgiu a Companhia Siderúrgica Nacional, graças a um empréstimo do Eximbank, com evidente interferência do Governo americano. E especialmente, já no segundo Governo Vargas (1951-1954), o monopólio estatal do petróleo.

ESSE modelo não resistiu aos transtornos da economia mundial nas décadas de 70 e 80 — choques do petróleo e alta internacional dos juros. E sua manutenção teve o alto custo econômico e social com que desde então o país está arcando. Na análise do presidente eleito, o estrangulamento da "concorrência necessária à eficiência"; o distanciamento crescente do Brasil "do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionavam a economia mundial". A rigidez desse modelo autárquico e intervencionista acabou excluindo "novos avanços de industrialização por substituição de importações".

A INAUGURAÇÃO de uma nova era não pede, pois, apenas a mudança no modelo econômico desenvolvimentista autárquico. Pede a reforma do Estado que foi sua matriz. Em nome da democracia e do controle do Estado pela sociedade. Porque a estatização tornou-se uma forma consumada de autoritarismo e fonte de corporativismos que afrontam a igualdade social.